



**Santa Casa**  
DE JAHU

**DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS  
DO EXERCÍCIO  
FINDO EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2023**

## Irmandade de Misericórdia do Jahu

### Balancos patrimoniais


Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022


Em reais

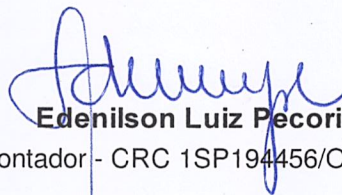
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.207.212	19.658.152	Empréstimos e financiamentos	10	3.265.431	7.611.373
Caixa e equivalentes de caixa - restrito	5	2.900.513	16.610.700	Fornecedores e prestadores de serviços	11	7.146.431	7.006.313
Contas a receber	6	5.423.799	6.564.303	Salários, encargos sociais e contribuições	12	4.986.575	4.974.384
Estoques	7	6.936.056	6.559.339	Provisão de férias e encargos		8.493.071	7.836.939
Impostos a recuperar		13.880	39.838	Outras obrigações	13	1.816.925	1.423.862
Outros créditos		86.885	269.188	Subvenções a realizar	14	27.866.086	44.822.068
Subvenções a receber	8	26.050.340	31.163.839	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>53.574.519</b>	<b>73.674.939</b>
Despesas antecipadas		37.203	25.879				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>66.655.888</b>	<b>80.891.238</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos e financiamentos	10	41.960.769	24.857.505
Realizável a longo prazo				Salários, encargos sociais e contribuições	12	2.181.995	2.543.040
Contas a receber	6	514.445	238.686	Outras obrigações	13	635.234	1.059.103
Depósitos judiciais		36.170	39.229	Subvenções a realizar	14	10.351.294	11.036.830
Imobilizado	9	67.945.246	68.251.309	Provisão para contingências	15	1.088.440	144.891
Intangível		2.442	3.884	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>56.217.732</b>	<b>39.643.369</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>68.498.303</b>	<b>68.533.108</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(7.420.651)	6.004.322
				Ajuste de avaliação patrimonial - AAP		42.015.559	43.526.688
				Déficit acumulado		(9.232.968)	(13.424.972)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	16	<b>25.361.940</b>	<b>36.106.038</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>135.154.191</b>	<b>149.424.346</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>135.154.191</b>	<b>149.424.346</b>

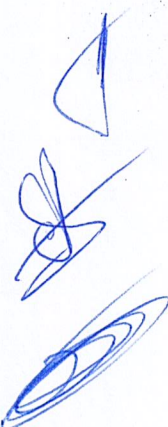
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2023.

  
**Alcides Bernardi Júnior**  
 Provedor

  
**Adhemar Galvanini**  
 Tesoureiro

  
**Edenilson Luiz Pecori**  
 Contador - CRC 1SP194456/O-5



## Irmandade de Misericórdia do Jahu

### Demonstrações do resultado

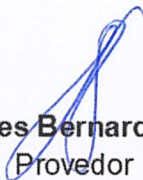
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022


Em reais

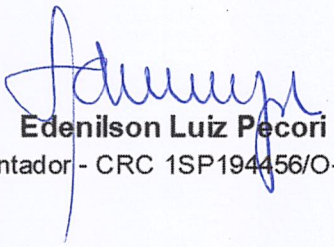
	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Receita operacional</b>			
Serviços hospitalares	18	83.565.262	73.838.753
Subvenções e doações	19	57.506.059	57.710.853
		<u>141.071.321</u>	<u>131.549.606</u>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	20	<u>(138.543.142)</u>	<u>(133.376.052)</u>
<b>Superávit (déficit) bruto</b>		<u>2.528.179</u>	<u>(1.826.446)</u>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Pessoal	21	(7.709.256)	(8.643.915)
Administrativas e gerais	22	(6.732.552)	(6.210.513)
Outras receitas	23	3.475.415	3.451.772
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<u>(8.438.214)</u>	<u>(13.229.102)</u>
Resultado financeiro líquido	24	<u>(2.304.463)</u>	<u>(1.833.126)</u>
<b>Déficit do exercício</b>		<u>(10.742.677)</u>	<u>(15.062.228)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2023.

  
Alcides Bernardi Júnior  
Provedor

  
Adhemar Galvanini  
Tesoureiro

  
Edenilson Luiz Pecori  
Contador - CRC 1SP194456/O-5


## Irmandade de Misericórdia do Jahu

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido


Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022


Em reais

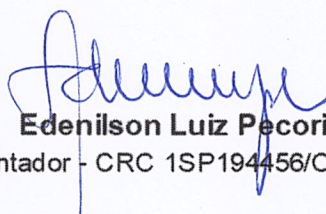
Descrição	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)	Déficit acumulado	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>9.688.050</b>	<b>45.171.659</b>	<b>(3.683.727)</b>	<b>51.175.982</b>
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(3.683.728)	-	3.683.728	-
Baixa do custo atribuído dos ativos	-	(7.716)	-	(7.716)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.637.255)	1.637.255	-
Déficit do exercício	-	-	(15.062.228)	(15.062.228)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.004.322</b>	<b>43.526.688</b>	<b>(13.424.972)</b>	<b>36.106.038</b>
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(13.424.973)	-	13.424.973	-
Baixa do custo atribuído dos ativos	-	(1.421)	-	(1.421)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.509.708)	1.509.708	-
Déficit do exercício	-	-	(10.742.677)	(10.742.677)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(7.420.651)</b>	<b>42.015.559</b>	<b>(9.232.968)</b>	<b>25.361.940</b>

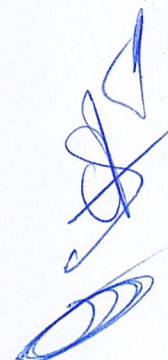
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2023.

  
Alcides Bernardi Júnior  
Provedor

  
Adhemar Galvanini  
Tesoureiro

  
Edenilson Luiz Pecori  
Contador - CRC 1SP194456/O-5



## Irmandade de Misericórdia do Jahu

### Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

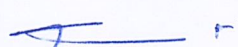
Em reais

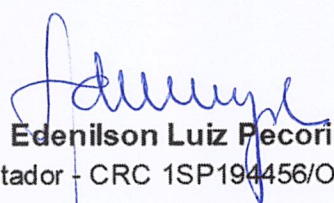
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Déficit do exercício	(10.742.677)	(15.062.228)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	3.928.905	4.155.077
Baixas líquidas do imobilizado	4.921	10.075
Provisão para contingências	943.549	(451.038)
Provisão para perda sobre crédito	-	362.638
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações financeiras - recursos com restrições	13.710.187	(13.077.987)
Contas a receber	864.745	966.522
Estoques	(376.717)	(2.440.257)
Impostos a recuperar	25.958	(39.838)
Outros créditos	182.304	(147.811)
Subvenções a receber	5.113.499	3.053.845
Despesas antecipadas	(11.324)	(7.760)
Depósitos judiciais	3.059	7.000
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviços	140.118	(1.781.644)
Salários, encargos sociais e contribuições	(348.854)	457.504
Provisão de férias e encargos	656.132	313.677
Outras obrigações	(30.806)	1.064.073
Subvenções a realizar	(17.643.518)	11.959.213
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b><u>(3.580.519)</u></b>	<b><u>(10.658.939)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do imobilizado e intangível	(3.627.743)	(3.267.799)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b><u>(3.627.743)</u></b>	<b><u>(3.267.799)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Variação líquida da captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos	12.757.322	25.849.538
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b><u>12.757.322</u></b>	<b><u>25.849.538</u></b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>5.549.060</u></b>	<b><u>11.922.800</u></b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	25.207.212	19.658.152
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19.658.152	7.735.352
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>5.549.060</u></b>	<b><u>11.922.800</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2023.

  
Alcides Bernardi Júnior  
Provedor

  
Adhemar Galvanini  
Tesoureiro

  
Edenilson Luiz Pecori  
Contador - CRC 1SP194456/O-5



## **Irmandade de Misericórdia do Jahu**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

## **1 Contexto operacional**

A Irmandade de Misericórdia do Jahu é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, imune de impostos e isenta de contribuições, regendo-se pelo Estatuto Social e demais disposições legais. A Entidade tem sua sede na cidade de Jahu, estado de São Paulo, localizada na rua Riachuelo nº 1.073 e tem como finalidade prestar assistência médica hospitalar a quem deles necessitar gratuitos ou não, prestar assistência social aos desvalidos, operar com planos privados de assistência à saúde e firmar convênios com entidades para criação e manutenção de unidade com os mesmos fins.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **a Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1409/2012 - ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja emissão foi autorizada pela Diretoria em 9 de fevereiro de 2024.

### **b Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

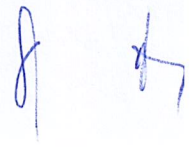
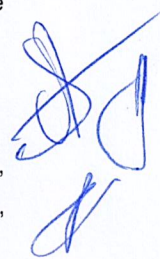
- instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado; e
- propriedades para investimentos mensuradas pelo valor justo.

### **c Moeda de apresentação e funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

### **d Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

#### a Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e equivalentes de caixa; ii) contas a receber; iii) outros créditos; e iv) subvenção a receber.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores e prestadores de serviços; ii) empréstimos e financiamentos; e iii) outras obrigações.

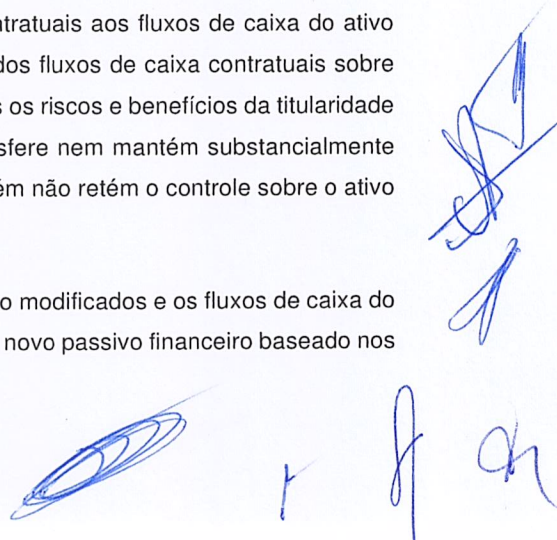
Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. Outros investimentos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos



termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**b Caixa e equivalentes de caixa**

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

**c Aplicações financeiras – recurso com restrições**

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência. Em sua maneira são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. No caso da Entidade, apesar da disponibilidade dos recursos, eles não serão consumidos de forma significativa no curto prazo, pois possuem restrição de uso, só podem ser resgatadas exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações e estão sujeitas a prestação de contas.

**d Contas a receber**

As contas a receber, especificamente de convênios médicos, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade não tem a expectativa de outras perdas significativas.

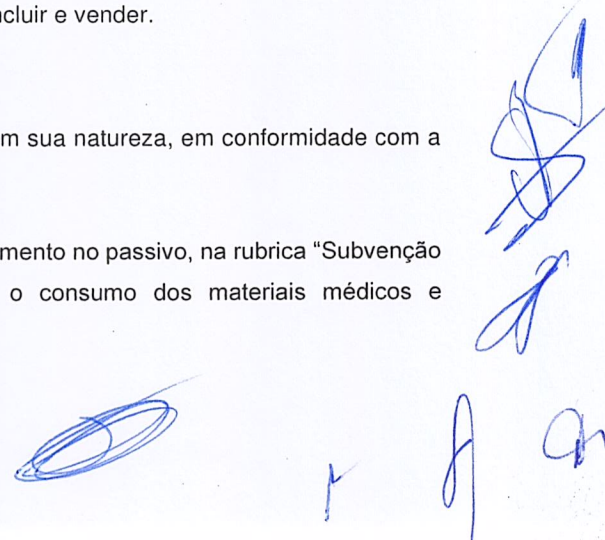
**e Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

**f Subvenções governamentais**

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

Subvenção para custeio: Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.





Subvenção para investimento: refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

## **g Imobilizado**

### **g.1 Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada acrescidos do custo atribuído – *deemed cost* – para os bens das contas de terrenos, edificações, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e veículos, com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

### **g.2 Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### **g.3 Depreciação**

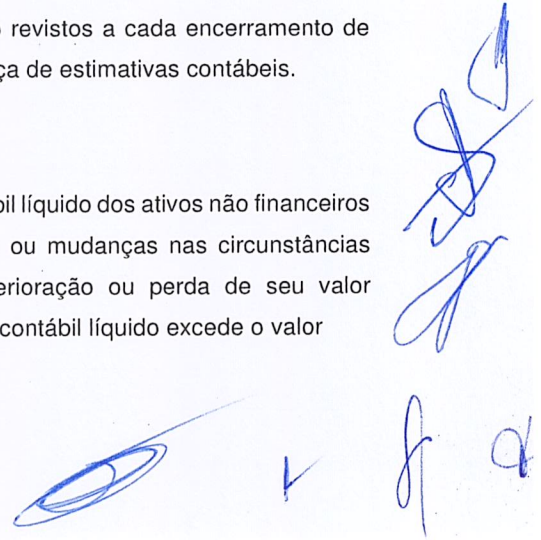
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## **h Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)**

A administração da Entidade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor



recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Entidade desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

**i Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**j Fornecedores e prestadores de serviço**

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

**k Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**l Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

**Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

**Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

**m Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Entidade e, portanto, são consideradas operacionais.

**n Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

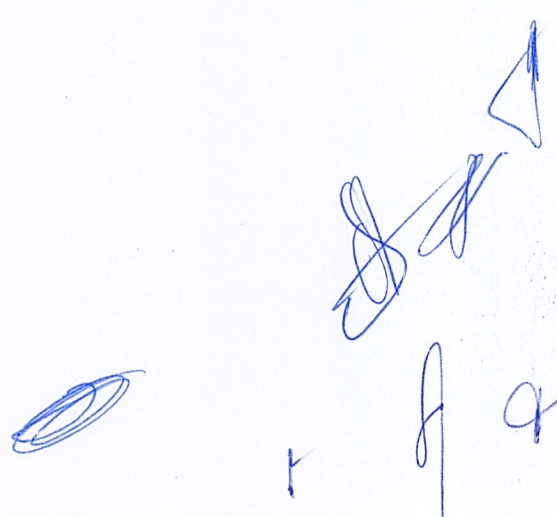
**o Ajuste de avaliação patrimonial - AAP**

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação e baixas), está sendo registrada diretamente no déficit aumentado no patrimônio líquido.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	4.560	3.671
Bancos conta movimento	975.316	8.094
Aplicações financeiras (i)	<u>24.227.336</u>	<u>19.646.387</u>
	<u>25.207.212</u>	<u>19.658.152</u>

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em fundos de investimento de renda fixa que podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Entidade e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.



## 5 Caixa e equivalente de caixa - restrito

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bancos conta movimento	300.132	899.940
Aplicações financeiras (i)	2.600.381	15.710.760
	<u>2.900.513</u>	<u>16.610.700</u>

- (i) Composto substancialmente por aplicações financeiras em poupança e em fundos de investimentos dos recursos recebidos por meio de subvenção municipal, estadual e/ou federal que possuem restrição de uso e que podem ser resgatadas exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações e estão sujeitas a prestação de contas. Os recursos aplicados em poupança são remunerados pelos rendimentos da caderneta de poupança e o fundo de investimento remunerados com referência ao CDI. O saldo reduziu
- (ii) devido a utilização dos recursos governamentais de anos anteriores, em 2023 não foram estabelecidos novos convênios.

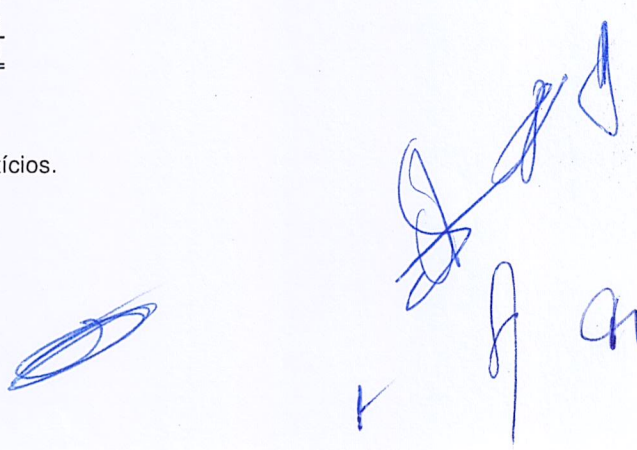
## 6 Contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Convênios	1.965.060	-	1.965.060	2.113.441	-	2.113.441
Sistema Único de Saúde – SUS	3.932.471	-	3.932.471	4.709.573	-	4.709.573
Serviços médico hospitalares a receber	281.186	-	281.186	503.386	-	503.386
Outros créditos a receber	286.098	514.445	800.543	262.940	238.686	501.626
(-) Perdas de crédito esperadas (i)	(1.041.016)	-	(1.041.016)	(1.025.037)	-	(1.025.037)
	<u>5.423.799</u>	<u>514.445</u>	<u>5.938.244</u>	<u>6.564.303</u>	<u>238.686</u>	<u>6.802.989</u>

- (i) Refere-se a perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas sobre o montante considerado de difícil realização.

## 7 Estoques

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Medicamentos e materiais hospitalares	4.151.296	4.181.064
Almoxarifado (i)	1.462.437	1.592.332
Manutenção	238.856	110.567
Outros estoques	1.083.467	675.376
	<u>6.936.056</u>	<u>6.559.339</u>

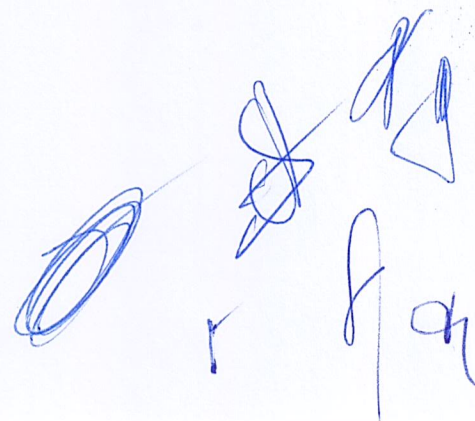
- (i) Trata-se de material hospitalar, kits cirúrgicos e gêneros alimentícios.
- 

## 8 Subvenções a receber

Em subvenções a receber são registrados os montantes de valores contratuais a receber em relação aos convênios autorizados.

Os valores estão assim demonstrados:

<u>Descrição</u>	<u>Natureza</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Secretaria Estado Saúde - SES	Custeio	4.200.538	12.122.154
Prefeitura Municipal de Jau	Custeio	21.146.255	18.015.290
Ministério da Saúde- FNS	Investimento	703.547	1.026.395
		<u>26.050.340</u>	<u>31.163.839</u>



## 9 Imobilizado

### a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo histórico/ custo atribuído	2023		2022	
			Líquido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	16.857.081	16.857.081	-	16.857.081	16.857.081
Edificações	de 2,22% a 5%	41.209.525	34.898.983	(6.310.542)	33.756.656	33.756.656
Equipamentos de informática	de 20% a 100%	1.548.315	443.930	(1.104.385)	501.011	501.011
Máquinas e equipamentos	de 10% a 50%	26.374.362	13.080.754	(13.293.608)	14.250.966	14.250.966
Móveis e utensílios	de 10% a 50%	5.591.508	2.372.185	(3.219.323)	2.522.201	2.522.201
Veículos	de 16,67% a 25%	533.979	258.425	(275.554)	91.240	91.240
Construção em andamento	-	33.888	33.888	-	272.154	272.154
		<b>92.148.658</b>	<b>67.945.246</b>	<b>(24.203.412)</b>	<b>68.251.309</b>	<b>68.251.309</b>

### b Movimentação do custo histórico

Custo	1º/1/2022		31/12/2022		31/12/2023	
	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas	Transferências	Aquisições
Terrenos	16.857.081	-	-	-	-	16.857.081
Edificações	38.923.286	-	126.868	-	2.159.371	41.209.525
Equipamentos de informática	1.326.401	(11.765)	-	(8.885)	-	1.548.315
Máquinas e equipamentos	22.542.750	(51.800)	-	(175)	77.351	26.374.362
Móveis e utensílios	5.178.031	(6.820)	-	(8.176)	796	5.591.508
Veículos	308.979	-	-	-	-	533.979
Obras em andamento	204.209	-	(126.868)	-	(2.237.518)	33.888
	<b>85.340.737</b>	<b>3.267.799</b>	<b>(70.385)</b>	<b>(17.236)</b>	<b>-</b>	<b>92.148.658</b>

c Movimentação da depreciação acumulada

Depreciação	1º/1/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Edificações	(4.269.686)	(1.023.812)	-	(5.293.498)	(1.017.044)	-	(6.310.542)
Equipamentos de informática	(764.993)	(189.587)	7.349	(947.231)	(164.592)	7.438	(1.104.385)
Máquinas e equipamentos	(8.740.189)	(2.347.827)	40.607	(11.047.409)	(2.246.342)	143	(13.293.608)
Móveis e utensílios	(2.238.683)	(546.920)	4.638	(2.780.965)	(441.671)	3.313	(3.219.323)
Veículos	(173.725)	(44.014)	-	(217.739)	(57.815)	-	(275.554)
	<b>(16.187.276)</b>	<b>(4.152.160)</b>	<b>52.594</b>	<b>(20.286.842)</b>	<b>(3.927.464)</b>	<b>10.894</b>	<b>(24.203.412)</b>

10 Empréstimos e financiamentos

Finalidades	Vencimentos finais	Garantias	2023		2022	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro - Santander	set/24	Cessão de direitos/SUS	585.041	-	585.041	1.281.932
Capital de giro - Santander	ago/26	Cessão de direitos/SUS	817.866	1.618.333	2.436.199	3.157.247
Capital de giro - Caixa Econômica Federal (i)	dez/33	Cessão de direitos/SUS	1.862.524	40.342.436	42.204.960	19.125.208
Capital de giro - Caixa Econômica Federal (i)	abr/27	Cessão de direitos/SUS	-	-	2.095.175	8.904.491
			<b>3.265.431</b>	<b>41.960.769</b>	<b>45.226.200</b>	<b>32.468.878</b>

(i) Em 2023, a Entidade renegociou e unificou as operações de capital de giro vencidas junto à Caixa Econômica Federal. Os saldos devedores foram incorporados a um novo contrato, com vencimento em dezembro de 2033.

## 11 Fornecedores e prestadores de serviços

### a Composição do saldo

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	3.555.531	3.584.974
Honorários médicos	3.590.900	3.421.339
	<u>7.146.431</u>	<u>7.006.313</u>

### b Demonstração da idade dos saldos por vencimento:

Prazo de vencimento	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	Fornecedores	Honorários Médicos	Total	Fornecedores	Honorários Médicos	Total
<b>A vencer</b>						
Até 30 dias	2.229.373	3.590.900	5.820.273	2.301.492	3.421.339	6.577.368
De 31 até 60	812.456	-	812.456	1.150.538	-	1.510.342
De 61 até 90	344.126	-	344.126	61.694	-	473.220
De 91 até 120	14.573	-	14.573	10.047	-	38.280
De 121 até 150	10.263	-	10.263	4.386	-	34.395
De 151 até 180	10.263	-	10.263	3.750	-	29.565
Acima de 180 dias	9.334	-	9.334	7.124	-	88.697
<b>Vencidos</b>						
Até 30 dias	76.175	-	76.175	1.448	-	35.866
De 31 até 60	48.968	-	48.968	44.495	-	224
	<u>3.555.531</u>	<u>3.590.900</u>	<u>7.146.431</u>	<u>3.584.974</u>	<u>3.421.339</u>	<u>8.787.957</u>

## 12 Salários encargos sociais e contribuições

Descrição	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Correntes</b>						
Salários a pagar	2.671.281	-	2.671.281	2.856.702	-	2.856.702
Pensão alimentícia a pagar	7.700	-	7.700	6.839	-	6.839
Contribuição sindical	43.622	-	43.622	38.259	-	38.259
INSS empregados	471.043	-	471.043	348.976	-	348.976
FGTS – Empregados	553.304	-	553.304	503.277	-	503.277
Rescisão a pagar	6.472	-	6.472	10.870	-	10.870
INSS sobre nota fiscal	40.196	-	40.196	45.349	-	45.349
IRRF a recolher	469.568	-	469.568	448.293	-	448.293
COFINS/PIS/CSLL	105.694	-	105.694	146.263	-	146.263
ISS	48.818	-	48.818	45.728	-	45.728
	<u>4.417.698</u>	<u>-</u>	<u>4.417.698</u>	<u>4.450.556</u>	<u>-</u>	<u>4.450.556</u>
<b>Parcelamentos</b>						
FGTS a recolher (i)	205.444	597.740	803.184	183.177	717.442	900.619
Parcelamento da procuradoria (ii)	363.433	1.584.255	1.947.688	340.651	1.825.598	2.166.249
	<u>568.877</u>	<u>2.181.995</u>	<u>2.750.872</u>	<u>523.828</u>	<u>2.543.040</u>	<u>3.066.868</u>
	<u>4.986.575</u>	<u>2.181.995</u>	<u>7.168.570</u>	<u>4.974.384</u>	<u>2.543.040</u>	<u>7.517.424</u>

- (i) Refere-se ao parcelamento do FGTS junto à Caixa Econômica Federal que foi negociado em 240 parcelas, com vencimento final em 1º/11/2027. O encargo social é relativo ao período de 12/2000 a 7/2007, e o saldo devedor está devidamente atualizado até 31 de dezembro de 2023.



- (ii) Saldo de parcelamento com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Pis, Pasep, IRRF e Cofins) em 180 parcelas, com vencimento final em 30/11/2029. O parcelamento é relativo a débitos de dívida ativa, e o saldo devedor está devidamente atualizado até 31 de dezembro de 2023.

### 13 Outras Obrigações

Descrição	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Cheques a compensar	949.830	348.503
Acordos a pagar (i)	491.044	722.958
Empréstimo consignado	346.523	307.759
Outros valores a pagar	29.528	44.642
	<b>1.816.925</b>	<b>1.423.862</b>
<b>Não circulante</b>		
Acordos a pagar (i)	635.234	1.059.103
	<b>635.234</b>	<b>1.059.103</b>
	<b>2.452.159</b>	<b>2.482.965</b>

- (i) Trata-se de acordos judiciais de processos cíveis, parcelados e com vencimento final em setembro de 2026.

### 14 Subvenções a realizar

Ativo correspondente / Convênio	2023			2022		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
<b>Aplicação financeira</b>						
Ministério da Saúde- FNS	-	16.495	16.495	-	4.830	4.830
Secretaria Estado Saúde - SES	2.028.960	108.089	2.137.049	2.816.988	430.000	3.246.988
Prefeitura Municipal de Torrinha	10.106	-	10.106	15.521	-	15.521
Prefeitura Municipal de Mineiros do Tietê	-	-	-	11.639	-	11.639
Prefeitura Municipal de Jau	523.792	213.070	736.862	11.840.477	1.364.864	13.205.341
Outros convênios	-	-	-	-	-	-
	<b>2.562.858</b>	<b>337.654</b>	<b>2.900.512</b>	<b>14.684.625</b>	<b>1.799.694</b>	<b>16.784.319</b>
<b>Contas a receber</b>						
Ministério da Saúde- FNS	-	703.548	703.548	-	1.026.395	1.026.395
Secretaria Estado Saúde - SES	4.200.538	-	4.200.538	12.122.153	-	12.122.153
Prefeitura Municipal de Mineiros do Tietê	-	-	-	-	-	-
Prefeitura Municipal de Jau	21.102.690	-	21.102.690	18.015.290	-	18.015.290
	<b>25.303.228</b>	<b>703.548</b>	<b>26.006.776</b>	<b>30.137.443</b>	<b>1.026.395</b>	<b>31.163.838</b>
<b>Aquisição de ativo imobilizado</b>						
Ministério da Saúde- FNS	-	4.243.170	4.243.170	-	4.524.391	4.524.391
Prefeitura Municipal de Jau	-	2.201.301	2.201.301	-	880.335	880.335
Secretaria Estado Saúde - SES	-	884.898	884.898	-	671.532	671.532
Outros convênios/doações PJ	-	1.980.723	1.980.723	-	2.136.483	2.136.483
	-	<b>9.310.092</b>	<b>9.310.092</b>	-	<b>8.812.741</b>	<b>8.212.741</b>
	<b>27.866.086</b>	<b>10.351.294</b>	<b>38.217.380</b>	<b>44.822.068</b>	<b>11.038.830</b>	<b>55.860.898</b>

## 15 Provisão para contingência

A Entidade, assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter provisão para as contingências cíveis e trabalhistas nos montantes abaixo considerados suficientes para cobrir eventuais perdas:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhistas	-	144.891
Cíveis	1.088.440	-
	<u>1.088.440</u>	<u>144.891</u>

## 16 Passivos contingentes

A Entidade discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 9.407 mil (R\$ 10.063 mil em 2022) e R\$ 5.107 mil (R\$ 3.050 mil em 2022), respectivamente. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

## 17 Patrimônio líquido

### a Patrimônio social

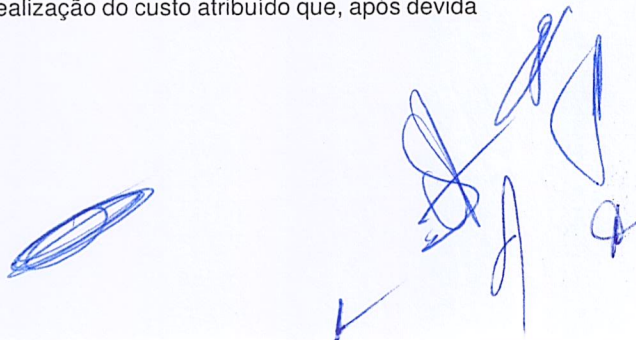
O patrimônio social da Entidade é representado pela dotação inicial, acrescida ou diminuída dos superávits ou déficits acumulados, após aprovação.

### b Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

Referente a adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, cuja realização se dá mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

### c Superávit/ déficit acumulado

Representa o superávit e/ou déficit do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.



## 18 Serviços hospitalares

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Particulares	4.659.800	4.306.215
SUS (i)	62.587.010	44.515.523
Convênios (ii)	16.318.452	25.017.015
	<u>83.565.262</u>	<u>73.838.753</u>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

## 19 Subvenções e doações

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subvenção municipal	44.299.962	44.393.230
Subvenção estadual	10.519.588	7.391.874
Subvenção federal	815.212	964.118
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	1.871.297	4.961.631
	<u>57.506.059</u>	<u>57.710.853</u>

## 20 Custos dos serviços prestados

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal e encargos	(57.893.908)	(53.332.562)
Honorários médicos	(41.130.383)	(41.084.072)
Materiais, medicamentos e gases	(22.625.776)	(22.423.191)
Material de consumo	(4.494.891)	(4.456.886)
Limpeza e manutenção	(2.883.540)	(2.533.557)
Depreciação e amortização	(2.720.737)	(2.924.630)
Gêneros alimentícios	(1.677.945)	(1.929.769)
Serviços essenciais (Energia, água, telefone, internet)	(1.264.203)	(1.220.784)
Serviços terceirizados	(1.556.554)	(1.410.115)
Dietas enterais e parentais	(1.269.175)	(1.052.060)
Custos diversos	(534.781)	(536.003)
Remoção	(275.632)	(232.594)
Aluguel de equipamentos	(215.477)	(239.502)
Lavanderia	(140)	(327)
	<u>(138.543.142)</u>	<u>(133.376.052)</u>

## 21 Pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e adicionais	(5.279.281)	(5.880.010)
Férias e encargos	(880.775)	(975.148)
Encargos sociais sobre a folha de pagamento	(631.853)	(807.346)
13º salário e encargos	(514.930)	(527.803)
Cesta básica	(262.696)	(321.962)
Plano de saúde e seguro de vida de funcionários	(119.145)	(108.455)
Vale transporte	(12.498)	(15.076)
Uniformes	(8.078)	(8.115)
	<u>(7.709.256)</u>	<u>(8.643.915)</u>

## 22 Administrativas e gerais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação	(1.208.170)	(1.230.448)
Despesas diversas	(578.500)	(623.464)
Serviços de terceiros	(963.585)	(942.957)
Materiais de uso e consumo	(793.247)	(728.156)
Gêneros alimentícios	(353.613)	(397.583)
Manutenção, limpeza e reparos	(315.115)	(493.537)
Ajustes de estoque	(292.114)	(18.345)
Energia elétrica	(527.220)	(510.577)
Despesas com softwares	(227.010)	(211.662)
Telefonia	(135.156)	(147.645)
Provisão para perdas estimadas sobre créditos	(96.249)	(237.670)
Contingências	(1.242.573)	(668.469)
	<u>(6.732.552)</u>	<u>(6.210.513)</u>

## 23 Outras receitas

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reversão de provisões	184.508	771.411
Receita de venda da lanchonete	1.497.052	1.297.737
Recuperação de despesas médico-hospitalares	332.586	320.490
Ajuste de estoque	304.403	250.899
Recuperação de despesas diversas	645.841	214.699
Receita de aluguel	84.313	127.202
Nota fiscal paulista	60.889	104.140
Receita de medicamentos e materiais	125.253	162.190
Venda de descartáveis	56.615	87.301
Recuperação de processos	1.521	502
Anuidade de irmãos	33.779	33.659
Receita com esterilização de materiais	130.793	45.859
Outras receitas	17.862	35.683
	<u>3.475.415</u>	<u>3.451.772</u>

## 24 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicação financeira	1.890.442	1.113.233
Descontos obtidos	147.774	264.032
Recebimento de dividendo de ações	553	-
	<b>2.038.769</b>	<b>1.377.265</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros passivos	(3.673.571)	(2.896.265)
Despesas bancárias	(659.341)	(311.547)
Descontos concedidos	(10.320)	(2.579)
	<b>(4.343.232)</b>	<b>(3.210.391)</b>
	<b>(2.304.463)</b>	<b>(1.833.126)</b>

## 25 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento à ITG 2002 e Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, demonstramos a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse gozada durante o exercício:

Mês de competência	Remuneração paga	Autônomos		Base de cálculo	Assalariados	
		2023	2022		2023	2022
		Isonção - 20%	Isonção - 20%		Isonção	Isonção
Janeiro	435.721	87.144	95.524	3.866.231	1.064.435	1.115.251
Fevereiro	460.523	92.105	72.774	3.787.635	1.042.797	1.089.839
Março	399.034	79.807	82.534	3.752.439	1.033.107	1.056.222
Abril	382.088	76.418	73.242	3.920.551	1.079.390	1.068.481
Mai	413.428	82.686	101.565	3.894.335	1.072.173	1.051.266
Junho	320.965	64.193	84.859	3.914.871	1.077.827	1.065.893
Julho	352.468	70.494	97.459	4.111.718	1.132.022	1.130.671
Agosto	359.392	71.878	99.894	4.048.052	1.114.494	1.094.357
Setembro	348.373	69.675	99.084	4.026.452	1.108.547	1.079.780
Outubro	328.494	65.699	96.361	6.873.462	1.892.374	1.018.096
Novembro	388.653	77.731	68.940	4.704.401	1.295.197	1.075.195
Dezembro	344.550	68.910	111.055	5.041.141	1.387.907	1.242.251
13º salário	-	-	-	3.641.661	1.002.608	995.620
	<b>4.533.689</b>	<b>906.740</b>	<b>1.083.291</b>	<b>55.582.951</b>	<b>15.302.878</b>	<b>14.082.922</b>

Além das isenções previdenciárias, a Entidade também teve as seguintes isenções:

Descrição	2023	2022
COFINS	4.397.565	4.091.359
IPVA	9.893	3.819
ISSQN	676.672	897.646
PIS folha	636.110	617.355
	<b>5.720.240</b>	<b>5.610.179</b>

Considerando que a Irmandade de Misericórdia do Jahu é uma entidade beneficente com Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na área da saúde (CEBAS), conforme portaria nº 832, de 17 de agosto de 2021 e validade pelo período de 1/1/2022 à 31/12/2024, não está sujeita à contribuição do PIS sobre folha de salários.

## 26 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as entidades civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais

## 27 Composição dos órgãos de administração da Entidade

A Entidade conta com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

**Mesa Administrativa** – constituído de 6 membros titulares e suplentes, que dirige, fiscaliza e controla a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elabora o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros desta Mesa Administrativa não podem ser nomeados para o Conselho Fiscal.

**Conselho Fiscal** – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros titulares e três suplentes.



## 28 Atendimento ao sistema único de saúde SUS

A Entidade em atendimento ao Inciso II do artigo 9º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, apresentou em 2023 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada, conforme demonstrado a seguir:

Mês	SUS			Não SUS			Internação			Ambulatório		
	Qtde.	Paciente-Dia	%	Qtde.	Paciente-Dia	%	Qtde.	%	%	Qtde.	%	%
Janeiro	927	5.069	223	495	91,10%	10.893	1.176	90,26%	91,10%	1.176	90,26%	91,10%
Fevereiro	886	4.569	209	453	90,98%	12.218	1.133	91,51%	90,98%	1.133	91,51%	90,98%
Março	1.055	5.468	274	552	90,83%	13.142	1.488	89,83%	90,83%	1.488	89,83%	90,83%
Abril	998	5.432	233	540	90,96%	11.834	1.317	89,99%	90,96%	1.317	89,99%	90,96%
Maior	999	5.622	288	591	90,49%	12.846	1.505	89,51%	90,49%	1.505	89,51%	90,49%
Junho	970	5.224	265	585	89,93%	10.997	1.270	89,65%	89,93%	1.270	89,65%	89,93%
Julho	940	5.489	298	547	90,94%	10.671	1.275	89,33%	90,94%	1.275	89,33%	90,94%
Agosto	977	5.299	257	637	89,27%	10.560	1.376	88,47%	89,27%	1.376	88,47%	89,27%
Setembro	995	5.180	274	684	88,34%	10.482	1.375	88,40%	88,34%	1.375	88,40%	88,34%
Outubro	1.007	5.428	292	652	89,28%	11.496	1.351	89,48%	89,28%	1.351	89,48%	89,28%
Novembro	932	5.132	286	654	88,70%	10.879	1.280	89,47%	88,70%	1.280	89,47%	88,70%
Dezembro	856	4.694	227	600	88,67%	10.009	1.158	89,63%	88,67%	1.158	89,63%	88,67%
<b>Total</b>	<b>11.542</b>	<b>62.606</b>	<b>3.126</b>	<b>6.990</b>	<b>89,96%</b>	<b>136.027</b>	<b>15.704</b>	<b>89,65%</b>	<b>89,96%</b>	<b>15.704</b>	<b>89,65%</b>	<b>89,96%</b>

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), a Entidade obteve:

	Sim / Não	Máximo	Obtido
I - Atenção obstétrica e neonatal;	Sim	1,50%	1,50%
II - Atenção oncológica;	Não	1,50%	0,00%
III - Atenção às urgências e emergências;	Sim	1,50%	1,50%
IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	Não	1,50%	0,00%
V - Hospitais de Ensino	Não	1,50%	0,00%

O percentual de atendimento ao SUS no exercício de 2023 foi de **89,96%** (**85,33%** em 2022).

## 29 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, dispõe sobre o processo de concessão e renovação do Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na área da saúde (CEBAS), por meio da Portaria nº 832, de 17 de agosto de 2021, deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Misericórdia do Jahu, com validade de 1º de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2024.

Em 29 de janeiro de 2024, a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) foi prorrogada para 31 de janeiro de 2025, conforme PORTARIA SAES/MS Nº 1.408.

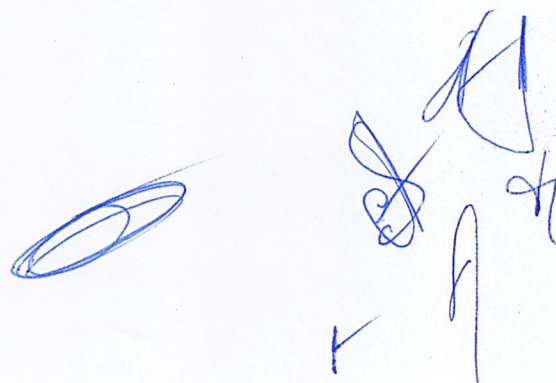
## 30 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

## 31 Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

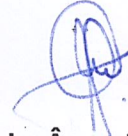




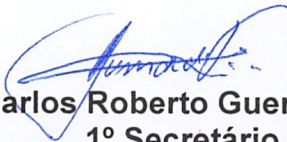
Jahu (SP), 31 de dezembro de 2023



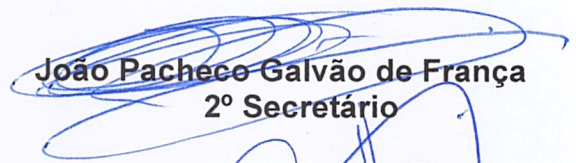
**Alcides Bernardi Júnior**  
Provedor



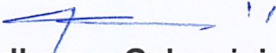
**Antonio Ângelo Rossi**  
Vice-Provedor



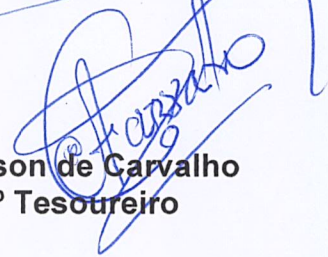
**Dr. Carlos Roberto Guermandi Filho**  
1º Secretário



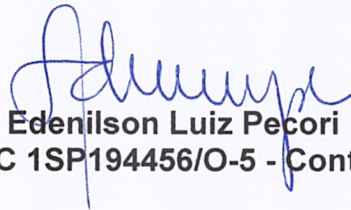
**João Pacheco Galvão de França**  
2º Secretário



**Adhemar Galvanini**  
1º Tesoureiro



**Adilson de Carvalho**  
2º Tesoureiro

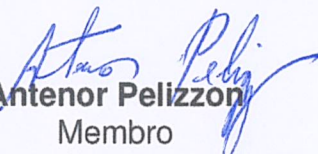


**Edenilson Luiz Pecori**  
CRC 1SP194456/O-5 - Contador

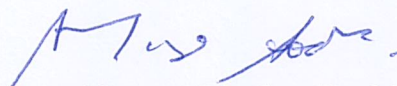
## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Irmandade de Misericórdia do Jahu, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as contas, os documentos e as demonstrações contábeis, relativo ao exercício findo em 31 dezembro de 2023, e ainda com base no parecer dos auditores independentes, Moore Prisma Auditores Independentes, declaramos que as demonstrações refletem com exatidão as operações realizadas no exercício, e somos de parecer favorável que as mesmas sejam aprovadas pelos Senhores Irmãos na Assembleia Geral.

Jahu (SP), 11 de março de 2024.



**Antenor Pelizzon**  
Membro



**Alberto Magno Simões Rodrigues**  
Membro



**Joviana Cristina Gasparotto Cremasco Nicola**  
Membro